



ENSINOS PLURAIS: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE OS INDÍGENAS XUKURU-KARIRI

Bruna Grasielle Ferreira Mercoli

Graduanda em História na UNEAL. Bolsista PIBID/CAPES
brunamercoli@gmail.com

RESUMO

Os indígenas Xukuru-Kariri habitam a zona rural do município de Palmeira dos Índios, localizado no Agreste do Estado de Alagoas, distante 140 Km da capital Maceió, sendo a aldeia denominada Fazenda Canto o ambiente de pesquisa deste trabalho. Na comunidade analisada, a instituição de ensino local registrada como Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino da Silva desenvolve suas atividades educacionais cotidianas. O objetivo da pesquisa, portanto, se constrói em torno da reflexão sobre as possibilidades plurais de ensino encontradas na escola campo, junto também as várias concepções e conceitos de “ensino” registrados no decorrer dos estudos entre os indígenas. A metodologia utilizada foi desenvolvida a partir do acompanhamento das atividades no cotidiano escolar e nas salas de aula da instituição, seguidas pela realização de entrevistas com os docentes, produção de fotografias e anotações em diários de campo. Teoricamente o estudo foi embasado em autores como, Ferreira (2009; 2016), Santos (2018), Bittencourt (2008) e outros estudiosos, complementando as análises sobre os fazeres educacionais da Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino da Silva, campo deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Aldeia, ensino, escola.

Considerações Iniciais

Alagoas é um Estado onde é possível encontrar uma pluralidade de culturas, suas terras foram palco de inúmeros acontecimentos que marcaram a história do Brasil. Em território alagoano existem faces diversas de resistência protagonizadas por sujeitos que ao longo dos séculos, desde a chegada do europeu em 1500, tiveram suas vidas marcadas por lutas e perseguições, contudo as marcas de suas tradições permanecem vivas até os dias atuais. Um grupo que luta por sobrevivência de suas memórias e tradições são os indígenas da etnia Xukuru-Kariri, habitantes da zona rural no município de Palmeira dos Índios, interior do

1



estado de Alagoas, estando alocados atualmente em 09 aldeias reconhecidas, dentre elas a Fazenda Canto é o ambiente de pesquisa para este estudo.

Em torno da vegetação e casas simples desdobra-se o cotidiano dos Xukuru-Kariri da aldeia Fazenda Canto, na comunidade é possível encontrar algumas plantações para subsistência, árvores frutíferas, sendo um ambiente aconchegante, contando com um prédio onde funciona uma enfermaria, próximo a esse se localiza uma creche, um campo de futebol, uma casa de farinha e um prédio escolar, campo desta pesquisa, esse contexto proporciona na aldeia um amplo espaço para os ensinamentos plurais que serão nesta produção debatidos.

A metodologia da pesquisa se deu no acompanhamento das atividades na Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino da Silva ao longo de 09 meses, compreendendo assim a estrutura organizacional da escola e como essa funciona cotidianamente. O entender das hierarquias e circunstâncias que balizam o viver da instituição proporcionou um melhor embasamento sobre a realidade vivenciada pelos alunos, professores e gestão, visto que esses compõem o corpo escolar. Teoricamente, os estudos estão embasados segundo os preceitos de autores como Bittencourt (2008), Ferreira (2009; 20016), Santos (2018), estando a teoria elucidada ainda pelo estudo do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, desenvolvendo, portanto, possibilidades de compreensão das possibilidades de ensino de uma educação escolar diferenciada e os “ensinos” que a compõem.

A educação Escolar na história e vivência dos indígenas

Desde o princípio da colonização há quase 500 anos quando ocorreu à chegada dos europeus às terras que vieram tempos depois a serem chamadas de Brasil, os povos indígenas têm as suas vidas marcadas por lutas e resistências, tais contextos também englobam o âmbito educacional, uma vez que a educação durante o seu desenrolar histórico entre os indígenas, principalmente no Nordeste, foi desenvolvida enquanto uma das diversas tentativas de assimilação e integração desses povos à sociedade nacional. O início dessa prática educativa é registrado ainda na colônia através dos padres Jesuítas que possuíam como objetivos catequizar e “civilizar”, já que os nativos eram vistos como selvagens (MOREAU, 2003).



As tentativas de assimilar os indígenas à sociedade envolvente nortearam por muitos séculos a educação desde a catequista no período colonial até os tempos contemporâneos onde esses grupos passaram a tentar desvencilhar o saber educacional ofertado desse objetivo inapropriado para o desenvolver saudável das suas identidades e tradições. A educação se arrastou ao longo dos séculos até chegar aos modelos positivistas e ainda “integracionistas” de ensino ofertados pelo Estado através da administração do Serviço de Proteção aos Índios – SPI no século XX, portanto “[...] aos índios eram oferecidos serviços educacionais para mudar o que são e para serem integrados à sociedade que os envolvem.” (CONH, 2005, p. 486). Assim, a educação escolar continuou a atuar, semelhante à colônia, porém sem os objetivos de catequese, mas ainda como meio de afastar e silenciar a identidade indígena e seus modos de vida tradicionais através das tentativas de tutelar e assimilar os grupos étnicos diferenciados. Contudo, é na década de 1970 que surgem novos movimentos sociais, visando a conquista por direitos:

Foi um período de luta e de resistência indígena no Brasil, por um lado caracterizado pelo surgimento e pela atuação de lideranças indígenas carismáticas que com coragem e determinação, enfrentaram as forças colonialistas e integracionistas (Estado e Igreja) que subjugarão os povos indígenas; por outro lado, os povos indígenas apoiados por alguns importantes aliados (missionários, indigenistas e intelectuais), iniciavam uma longa e bonita caminhada de reorganização, mobilização e articulação política pan-indígena de resistência e de defesa de seus interesses coletivos – época heroica que marcou a principal mudança no curso da história brasileira. Até então, acreditava-se que a existência dos povos indígenas era uma questão de tempo; eram tidos como um contingente social transitório. Por isso mesmo, nos fins da década de 1970, o próprio Estado tentou consumir esse ideal político com um projeto de emancipação dos índios: por de uma lei que deveria transformar os índios sobreviventes em cidadãos comuns. Assim estaria decretada a extinção final dos povos indígenas do Brasil. (LUCIANO, 2006, p.19-20).

Em caminho contrário à educação tutelar do SPI, na década de 1970, com o crescimento de movimentos sociais segundo Luciano (2006) os indígenas reorganizaram-se, traçando mobilizações e articulações políticas. Os movimentos indígenas passaram a questionar os modelos de educação vigente e se organizar para realizarem a cobrança de direitos sobre uma educação entrelaçada a diversidade cultural existente em suas comunidades. Com o desenvolver do processo de redemocratização do Brasil e a promulgação



da Constituição de 1988 tais interesses das populações passaram a ter uma fresta de esperança no que se refere as suas efetivações depois de séculos de dificuldades, sobre isso:

[...] as reivindicações indígenas pelo reconhecimento de seus direitos a manutenção de suas formas específicas de viver e de pensar, de suas línguas e culturas, de seus modos próprios de produção, reelaboração e transmissão de conhecimentos, uma vez acolhidos pela Constituição de 1988, abriram caminho para a oficialização de escolas indígenas diferenciadas e para a formulação de políticas públicas que respondessem aos direitos educacionais dos índios a uma educação intercultural, bi ou multilíngue, comunitária e voltada a autodeterminação de seus povos (SILVA, 2001, p. 10).

Com a promulgação da nova Constituição, os povos indígenas passaram a ter uma maior visibilidade e oportunidades de reivindicar seus direitos pautados na busca pelo estabelecimento de Legislações que lhes garantissem uma educação específica e diferenciada, respeitando e valorizando seus modos particulares de viver. A conquista e permanência desse modelo de educação continua sendo um desafio na contemporaneidade, uma vez que existe uma grande diversidade de etnias atualmente no Brasil e cada um desses casos possuem demandas particulares, especificidades segundo suas realidades e formas de ensino culturais variados, continuando assim um longo desafio no que se refere à prática educativa diferenciada. Pois:

Nas comunidades indígenas, atualmente, vem sendo implantada uma política educacional de princípio intercultural que tem como proposta o reconhecimento da diversidade étnica e cultural de cada grupo. Assim, essa nova política é vista como estratégia de reconhecimento e fortalecimento das identidades étnicas através das Escolas Indígenas; estas com um modelo educacional que se quer: Específico, Diferenciado, Intercultural e Bilíngue. Nesse sentido, a Escola Indígena surge como um modelo educacional que se utiliza da política da diferença como estratégia para promover o reconhecimento de sua diversidade. (NASCIMENTO, 2017, p. 271).

Nascimento (2017) apresenta um dos motivos vinculados a necessidade de existência da educação diferenciada para os povos indígenas, uma vez que ao se trabalhar o ensino pautado na interculturalidade é possibilitado para estes o fortalecimento étnico e cultural, proporcionando que seus saberes tradicionais sejam incluídos no modelo educacional, principalmente no currículo escolar, sem ocorrer o abandono do conteúdo da base comum das escolas, sendo realizada uma remodelação do ato de ensinar e da concepção de ensino, com o intuito de que quando for encerrado o ciclo de estudos dos alunos na escola, esses possam dar



continuidade em meio a sociedade nacional, sem perder suas identidades, proporcionando o manter das suas tradições.

Dentro da análise da necessidade da educação escolar indígena diferenciada faz-se necessário pontuar e compreender o desenrolar da engrenagem no ato simpático de ensinar, pois “A educação passa a ser concebida como construção de processos em que diferentes sujeitos desenvolvem relações de reciprocidade (cooperativa e conflitual) entre si.” (FLEURI, 2000, p. 60), onde se tem uma troca de saberes e experiências quando os professores aperfeiçoam os conhecimentos trazidos de casa pelos discentes, tendo assim uma construção do saber pelos envolvidos.

Assim chega-se ao caso específico do povo Xukuru-Kariri da aldeia Fazenda Canto, onde seus saberes e fazeres pedagógicos tendem a buscar promover tal ensino plural e diferenciado. Adentrando na estruturação da escola, uma das principais características da instituição escolar indígena segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) é a “[...] liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, á pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada.” (MEC, 1998, p. 24), assim, a Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino da Silva através da sua forma de abordar questões relacionadas à tradição cultural e ambiente social que a cerca deve implementar a educação dentro desse paradigma.

Possibilidades para os ensinios diferenciados: diálogos na Fazenda Canto

A educação escolar faz parte da história do povo Xukuru-Kariri desde meados do realdeamento da etnia em 1952 na aldeia Fazenda Canto¹, pois através do ensino era possível para o grupo compreender e se adaptar a forma como a dinâmica da luta por direitos, uma vez que essa passou a se desenvolver através do letramento, do conhecimento exigido pelos não indígenas, assim se incluindo em um sistema de resistência situacional baseada na adesão da educação como solução para as dificuldades cotidianas do ser indígena. Visto que:

A Escola do SPI foi defendida pelos indígenas Kariri-Xokó e Xukuru-Kariri como possibilidades de apreender as formas de controle dos “brancos” e estabelecer novos contornos para suas histórias a partir de um tipo específico de poder que só se apropriavam por meio da escolarização. Não existiram outros caminhos para chegar



ao conhecimento formal senão pela aquisição de títulos e diplomas que comprovassem as competências. (FERREIRA, 2016, p. 86).

Como dito por Ferreira (2016), a escola foi defendida pelos indígenas nesse período devido a possibilidade de apreender o meio de controle estabelecido pelos não-indígenas e governo. A educação escolar apareceu como um meio de resistência e estratégia para mudar os rumos de sua história, encontrando nos títulos e diplomas perspectivas voltadas para o continuar existindo em meio à uma sociedade que avançava em novas formas de conhecimentos e tecnologias. Os Xukuru-Kariri encontraram uma maneira de combate através do letramento. Contudo, a educação ofertada pelo Estado através de órgãos pelo SPI era, diferente da teoria, uma prática de modelo positivista que tinha como objetivo assimilar a identidade dos indígenas à sociedade nacional, os separando de seus costumes tradicionais.

Em meio a essa resposta desfavorável do Estado as expectativas de uma educação diferenciada, os indígenas, assim como ao longo da história, encontraram meios de adaptar a sobrevivência das suas tradições, encontrando formas de reafirmar suas identidades, mesmo que de forma íntima ao grupo, isso ocorrendo através de práticas como o Toré, festas comemorativas e a própria religião do grupo. Segundo Bittencourt (2008) “Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo.” (BITTENCOURT, 2008, p. 169), assim é o local da aldeia, um amplo campo de pesquisa e possibilidades para se fazer o educacional diferenciado, como dito pela autora os vestígios do passado encontrados no lugar tornam-se objetos de estudo, e na escola a memória histórica, o passado de lutas e resistências são colocados sempre em pauta.

Atualmente, a Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino da Silva atua enquanto instituição reconhecida como uma escola indígena com base nas leis governamentais nos Artigos 231, 210 e 215 da Constituição Federal, sendo reafirmada com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB dando a liberdade de seguir um modelo diferenciado e intercultural, que inclua a realidade da criança indígena, de modo que as formas de sobrevivência encontradas pelos indígenas no passado, anteriormente já descritas, foram em contrapartida ao modelo do SPI incluídas no currículo e na prática educativa, através das aulas interculturais na contemporaneidade. Porém esse modelo ainda encontra dificuldades ao ser praticado, uma vez

6



que as escolas são limitadas e orientadas a seguir os modelos propostos de educação pelo Estado, mesmo que esses se desvinculem as leis implementadas a favor da educação diferenciada. Assim, no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas é proposto que as escolas indígenas sejam interculturais, pois:

deve reconhecer e manter a diversidade cultural e lingüística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, lingüísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política (MEC, 1998, p. 24).

Esse modelo estimula a troca de conhecimentos científicos e culturais importantes para a formação do aluno, dando-lhe a possibilidade de ampliar o campo de conhecimento, promovendo o contato com diferentes visões culturais além das que os mesmos convivem proporcionando o respeito à diferença, o currículo e o ensino devem ser pensado de forma que aborde uma educação tradicional e diversificada, segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, Art 78, Inciso I, com o objetivo de “proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciência”, sendo com base nas possibilidades previstas na Lei e sua realidade que a educação escolar na aldeia Fazenda Canto tem sido trabalhada.

A escola segue com sua organização, dialogando junto com a comunidade que exerce papel relevante na atuação da mesma, nesse sentido, o ambiente escolar é aberto para a participação dos moradores, sendo realizadas reuniões com pautas sobre a educação, visando uma escola comunitária, onde as ideias, opiniões, dúvidas e sugestões coletivas e individuais são ouvidas. Os funcionários também fazem parte da comunidade, desde a gestão aos professores, salientando que alguns são da cidade e não-indígenas, devido a falta de professores indígenas licenciados na área como nas disciplinas de geografia e inglês. Os funcionários da limpeza, merenda e auxiliares de classe também são indígenas.

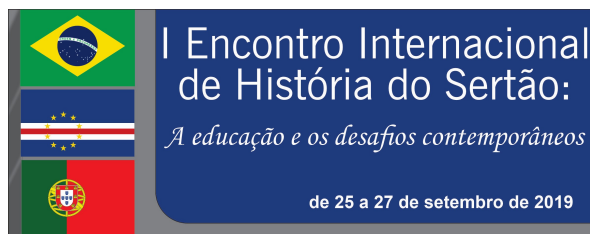
Currículo e ensino na escola da aldeia



O currículo educacional da escola indígena é construído por meio do conhecimento baseado na diversidade cultural, sendo caracterizado a partir da história, cultura e ambiente social dos moradores, a participação dos últimos é essencial na construção desse currículo, pois é através da memória dos anciãos que a história do povo Xukuru-Kariri é escrita e colocada em pauta, junto com o auxílio das lideranças políticas que tem uma atuação importante de repassar os valores da luta pela resistência e sobrevivência da etnia, esses, juntos, decidem o que deve ser abordado no ano letivo. Visto que:

Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. O resultado são valores, concepções e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições únicas e formulados a partir de pesquisa e reflexões originais. Observar, experimentar, estabelecer relações de causalidade, formular princípios, definir métodos adequados, são alguns dos mecanismos que possibilitaram a esses povos a produção de ricos acervos de informação e reflexões sobre a Natureza, sobre a vida social e sobre os mistérios da existência humana. Desenvolveram uma atitude de investigação científica, procurando estabelecer um ordenamento do mundo natural que serve para classificar os diversos elementos. Esse fundamento implica necessariamente pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desses povos. (MEC, 1998, p.22)

Percebe-se através do que afirma o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI a forma como a diversidade dos conhecimentos e saberes indígenas são formados, pois cada povo desenvolveu o seu próprio meio de socialização ensino, a partir de suas realidades passando a construir suas formas de aprendizagem e transmissão de saberes tradicionais. Sendo a educação escolar um meio de estratégia utilizadas pelos povos indígenas para contribuir na sua sobrevivências enquanto povos tradicionais em busca de respeito e a garantia de direitos, Santos (2018) afirma que “Entender os processos da educação intercultural implica entender as estratégias e ações para promover o reconhecimento das diferenças dos grupos marginalizados e suas inter-relações” (SANTOS, 2018, p. 69), portanto faz-se necessário entender os processos da educação intercultural indígena. A educação é baseada a partir de seus preceitos culturais e sociais, junto com os conhecimentos não-



indígenas, formando assim uma multiplicidade de saberes e conteúdos que estejam em diálogo com a comunidade.

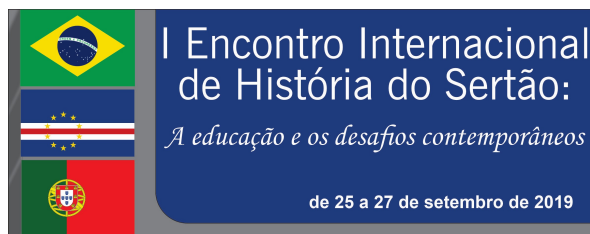
A Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino da Silva, contempla as séries do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, Ensino Médio, e também as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo ministradas nos três turnos, abordando em seu currículo as matérias de base comum, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Filosofia, Sociologia, Química, Física, Biologia, Geografia, Ensino Religioso, Arte, Educação Física e Inglês, não tendo em seu currículo a língua materna devido aos processos de silenciamento onde alguns povos tiveram que aprender o português e esquecer sua língua como forma de sobrevivência.

A parte diversificada ou específica do currículo na escola indígena é o fio condutor das práticas pedagógicas, pois propicia os interesses e projetos da comunidade. Desse modo, a interculturalidade deve promover o intercâmbio entre o currículo geral e o específico, não sobrepondo um ao outro, mas estabelecendo e promovendo a troca de conhecimentos não indígenas e indígenas. (PEREIRA, 2014, p. 128)

A escola recebe uma base comum curricular e cabe a ela acrescentar como será inserido o currículo diferenciado, decidido como deve proceder junto ao Projeto Político Pedagógico, onde se estabelece a forma como se trabalha e os preceitos defendidos pela instituição, como dito por Pereira (2014), a parte específica do currículo onde trata a interculturalidade dialoga junto com os interesses da comunidade, sem deixar de trabalhar o assunto geral, porém, abrindo espaços para abordar a memória histórica e tradição da etnia.

A escola adequa a sua realidade ao currículo e ensino, como não tem disciplinas específicas sobre a cultura indígena, o tema e suas vertentes são incluídos no cotidiano e em projetos elaborados ao longo do ano, assim a prática educativa diferenciada é colocada em prática, sendo o calendário escolar importante também, porém devem seguir o que é determinado pela secretaria de educação, o que gera um certo conflito, uma vez que:

São inúmeras as escolas indígenas obrigadas a seguir programas determinados pelas secretarias municipais de educação, que exigem o cumprimento de horários, calendários, modos de avaliação das crianças, e outros quesitos nada compatíveis com os processos educativos presentes nas diferentes sociedades indígenas. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido o direito desses povos a uma educação específica e diferenciada (Art. 231, 210 e 215), no dia-a-dia, os professores e as comunidades indígenas continuam a sofrer pressões inaceitáveis,



que ferem os mais elementares direitos de qualquer ser humano. (PAULA, 1999, p. 99).

É visto que mesmo tendo leis específicas onde reconhecem as escolas indígenas uma educação diferenciada, ainda assim é necessário ter o cuidado em abordar a questão intercultural, inserindo o fazer educacional diferenciado para que realmente a escola seja reconhecida como indígena, as cobranças e imposições feitas pelo próprio Estado dificulta o estabelecer concreto da Lei, onde é necessário buscar meios para se inserir a cultura e tradição da etnia colocando em prática os ensinamentos plurais encontrados na aldeia, elaborando projetos ao longo do ano, pois o currículo é ainda visto como uma imposição cultural, uma vez que as escolas são cobradas a cumprir as exigências das secretarias municipais e estaduais de educação, assim como elucidado por Paula (1999).

Considerações Finais

Entre dificuldades e conquistas, os membros da aldeia Fazenda Canto fazem seus esforços para manter a escola que está presente desde o realdeamento da etnia na década de 1950, como parte de sua história e meio de valorização da memória e cultura, uma ferramenta para valorização das práticas tradicionais. As dificuldades enfrentadas pela escola existem e são enfrentadas junto com a comunidade e lideranças, em busca de validação de direitos e tentativas de manter suas memórias históricas vivas sendo perpassadas às gerações.

Os Xukuru-Kariri da aldeia Fazenda Canto vêm colocando em prática os ensinamentos plurais encontrados em seu ambiente social, colocando em prática os meios de resistência através de uma educação diferenciada, é percebido desde seu realdeamento a importância da existência desse direito, sendo um meio de fortalecimento identitário e cultural, mesmo tendo seu princípio pautado por perspectivas contrárias durante tutela do SPI. Os embates enfrentados para manter a Escola Estadual Indígena Pajé Miguel Celestino da Silva são vigentes, com a falta de investimentos por parte do Estado e as cobranças exigidas não fundamentadas nos direitos constitucionais que garantem uma educação diferenciada e intercultural.



Diante disto, foram postos em questão a prática intercultural na escola pesquisada, sua forma de inserir no currículo seus saberes e fazeres pedagógicos, encontrando formas de manter a tradição e a memória histórica de seu povo diante dos meios possíveis, cumprindo assim o que é imposto sem deixar de lado seus costumes tradicionais, inserindo esses em seus projetos de ensino. Fica claro a importância de uma valorização e amparo para as escolas diferenciadas, sendo necessário o incentivo à inclusão para que se pratique as formas de repassar e vivenciar seu modo de vida particular enquanto etnia indígena.

NOTAS:

¹ No ano de 1952 os indígenas Xukuru-Kariri foram reunidos na aldeia Fazenda Canto, propriedade oriunda das terras ocupadas por latifundiários adquirida pelo Estado, com o intuito de reunir os indígenas que estavam dispersos sob a tutela do Serviço de Proteção ao Índio – SPI.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos** – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

COHN, Clarice. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 485-515, jul./dez. 2005.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação dos Jiripankó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió, 2009.

_____. **Educação formal para os índios: as escolas do serviço de proteção aos índios (SPI) nos postos indígenas em alagoas (1940-1967)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pernambuco, 2016.

FLEURI, Reinaldo Marias. **Desafios à Educação Intercultural no Brasil**. Educação, Sociedade e Cultura, n.16, p. 45-62, 2001.



LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: SECAD, 2006.

MEC. **Referencial curricular para as escolas indígenas**/ Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os Índios nas cartas de Nobrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. Interculturalidade e educação escolar indígena em Roraima: da normatização à prática cotidiana. In: LANDA, Mariano Báez (org). **Educação indígena e interculturalidade**: um debate epistemológico e político. – bilíngue – Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

PAULA, Eunice Dias. **O caso Tapirapé**: uma escola indígena frente às políticas públicas. Tellus, n.14, p.171-183, abr, 2008.

PEREIRA, Jéssika Danielle dos Santos. **A educação escolar indígena entre os Wassu-Cocal**: algumas pistas sobre a concepção da educação escolar a partir de seus professores. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió, 2014.

SANTOS, Taysa Kawanny Ferreira. **MEMÓRIAS NARRADAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DOS KARIRI-XOCÓ/AL**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe – UFS. Sergipe, 2018.

SILVA, Aracy Lopes da. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena na escola. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.